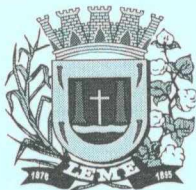


PROCESSO Nº
-13/17-

REG. PROC. Nº
-06-

FOLHA Nº
-22V-

FL. 1



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME

Estado de São Paulo

AUTOS DE

a/ Substitutivo

PROJETO DE LEI Nº 07/17

Disciplina a dispensa e a redução de juros e multas sobre os
créditos da SAECIL - SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA CIDADE DE
LEME.

Autor: de Prefeito Municipal

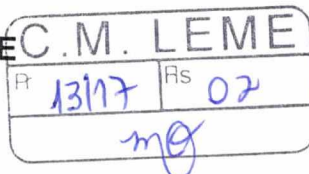
AUTUAÇÃO

Aos 08 (oito) dias do mês de fevereiro de 2017
autuo o P.L. nº 07/17 e o Of. nº 098/17 - GP em frente.

Eu, _____, subscrevi

AL 17/17

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Juntos faremos o que deve ser feito!

Ofício nº 098/2017 - GP

Leme, 08 de fevereiro de 2017.

URGENTE

Excelentíssimo Senhor,

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Projeto que:

- ✓ "Disciplina a dispensa e a redução de juros, e multas sobre os créditos da SAECIL -SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA CIDADE DE LEME."

Ressalto que referido projeto de Lei visa aumentar o valor arrecadado, uma vez que as vantagens oferecidas proporcionarão que um maior número de contribuintes faça adesão aos eventuais parcelamentos, o que provocará um aumento da receita.

Ademais, com fundamentação nos artigos 190, I, 191, 192 e incisos e 193 parágrafo único, do Regimento Interno da Câmara dos Vereadores de Leme, requeiro a tramitação sob regime de **urgência especial**.

Por fim, aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME

08/02/2017 16:46:24

Ao
Excelentíssimo Senhor,
RICARDO PINHEIRO DE ASSIS
Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de
Nesta

Protocolo Nro	216 / 2017
Tipo Docto	Projeto de Lei Ordinária
Data Inserção	08/02/2017

REGISTRO

Registrado sob nº de ordem 13117

fls. 224, do Registro de Processo nº 06

Leme, 08 de Febrero de 20 17

Funcionário [assinatura]

PROJETO DE LEI Nº 07/2017

"Disciplina a dispensa e a redução de juros, e multas sobre os créditos da SAECIL – SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA CIDADE DE LEME."

Artigo 1º - Ficam remidos em até 100% (cem por cento) os juros e em até 100% (cem por cento) as multas moratórias para pagamento de créditos da **SAECIL – SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA CIDADE DE LEME**, nos termos do artigo 2º desta lei, tributários ou não, ajuizados ou não, decorrentes de inscrições de dívida ativa, desde que débito consolidado, atualizado monetariamente nos termos da legislação vigente, seja integralmente recolhido em até 120 (cento e vinte) parcelas.

§ 1º - O presente parcelamento será válido pelo prazo de 90 (noventa dias) de sua publicação, podendo o referido ser prorrogado por decreto do executivo mediante justificativa do Diretor Presidente.

§ 2º - Para efeitos desta lei, o débito consolidado para recolhimento integral é aquele individualizado através da inscrição correspondente.

§ 3º - O contribuinte que aderir ao presente parcelamento estará reconhecendo o débito, e deverá desistir de todas as ações, embargos e afins, que tiver contra a SAECIL – SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA CIDADE DE LEME.

§ 4º - O parcelamento autorizado pelo artigo 2º da presente Lei, não poderá ter parcelas com valor inferior a R\$ 30,00 (trinta reais), as quais serão calculadas de acordo com os coeficientes constantes da tabela única anexa à presente Lei, que fica fazendo parte integrante e indissociável da presente.

§ 5º - Ressalvadas as hipóteses em que o parcelamento estiver incluso na conta, as parcelas serão pagas através de carnê a ser emitido pela SAECIL – SUPERINTENDÊNCIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA CIDADE DE LEME e entregue no ato da adesão. A primeira parcela deverá ser paga no ato da adesão, as demais serão pagas a cada trinta dias.

§ 6º O atraso de 90 dias ou mais resultará no imediato cancelamento da adesão ao programa e, necessariamente implicará na reincorporação dos valores correspondentes à multa e aos juros moratórios em sua integralidade, descontando-se o correspondente às parcelas já pagas.

Artigo 2º – Os contribuintes que tiverem com débitos parcelados de acordo com outras leis municipais gozarão do desconto mencionado, desde que pleiteiem referido benefício junto à SAECIL, e efetue o pagamento do saldo devedor sem os acréscimos financeiros, na forma estabelecida na presente lei.

Parágrafo único: O contribuinte somente poderá optar pelo parcelamento que trata a presente lei uma única vez por ligação.

Artigo 3º – O pagamento do crédito nas condições previstas nesta Lei implica na sua confissão e expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso, bem como desistência dos já interpostos.

Artigo 4º – O disposto nesta lei:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Juntos faremos o que deve ser feito!

I – Não autoriza a restituição ou compensação da importância já recolhida ou depositada em Juízo, esta relativamente à situação em que haja decisão transitada em Julgado;

II – Não dispensa o contribuinte do pagamento das custas e verba honorária;

Artigo 5º – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 08 de fevereiro de 2017.

Wagner Ricardo Antunes Filho
Prefeito Municipal

C.M. LEME	
Pr 13/17	Rs 04
mg	

Tabela Única

C.M. LEME	
R ^o 13/17	Rs 05
mg	

nº Parcel	Coef.
1	
2	0,502500
3	0,336667
4	0,253750
5	0,204000
6	0,170833
7	0,147143
8	0,129375
9	0,115556
10	0,104500
11	0,095455
12	0,087917
13	0,081538
14	0,076071
15	0,071333
16	0,067188
17	0,063529
18	0,060278
19	0,057368
20	0,054750
21	0,052381
22	0,050227
23	0,048261
24	0,046458
25	0,044800
26	0,043269
27	0,041852
28	0,040536
29	0,039310
30	0,038167
31	0,037097
32	0,036094
33	0,035152
34	0,034265
35	0,033429
36	0,032639
37	0,031892
38	0,031184
39	0,030513
40	0,029875
41	0,029268

42	0,028690
43	0,028140
44	0,027614
45	0,027111
46	0,026630
47	0,026170
48	0,025729
49	0,025306
50	0,024900
51	0,024510
52	0,024135
53	0,023774
54	0,023426
55	0,023091
56	0,022768
57	0,022456
58	0,022155
59	0,021864
60	0,021583
61	0,021311
62	0,021048
63	0,020794
64	0,020547
65	0,020308
66	0,020076
67	0,019851
68	0,019632
69	0,019420
70	0,019214
71	0,019014
72	0,018819
73	0,018630
74	0,018446
75	0,018267
76	0,018092
77	0,017922
78	0,017756
79	0,017595
80	0,017438
81	0,017284
82	0,017134
83	0,016988
84	0,016845
85	0,016706
86	0,016570

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 06
mg	

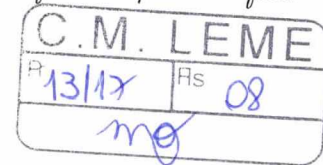
87	0,016437
88	0,016307
89	0,016180
90	0,016056
91	0,015934
92	0,015815
93	0,015699
94	0,015585
95	0,015474
96	0,015365
97	0,015258
98	0,015153
99	0,015051
100	0,014950
101	0,014851
102	0,014755
103	0,014660
104	0,014567
105	0,014476
106	0,014387
107	0,014299
108	0,014213
109	0,014128
110	0,014045
111	0,013964
112	0,013884
113	0,013805
114	0,013728
115	0,013652
116	0,013578
117	0,013504
118	0,013432
119	0,013361
120	0,013292

C.M. LEME	
R\$ 13/17	R\$ 07
mg	

*120 parcelas

**0,5% juros ao mês

JUSTIFICATIVA



Encaminhamos o presente Projeto de Lei que visa instituir o programa de recuperação da dívida ativa da Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, para pessoas físicas e jurídicas, e dá outras providências, considerando o que abaixo segue:

O projeto de lei ora apresentado institui um programa de recuperação de créditos, destinado às pessoas físicas e jurídicas, que tenham débitos junto à autarquia.

O programa procura encontrar uma solução equilibrada entre os interesses da autarquia e dos contribuintes, estabelecendo regras, disciplinando a concessão de parcelamentos de créditos. O objetivo é oportunizar a regularização dos contribuintes inadimplentes, permitindo a reestruturação do fluxo de caixa das empresas e profissionais liberais, de modo a auxiliá-los para a retomada de investimentos e o conseqüente aumento da produção e empregos. Para pessoas físicas é uma oportunidade ímpar de regularização de débitos, pois disponibiliza descontos sobre os valores devidos, dando oportunidade ao contribuinte escolher uma opção de pagamento de acordo com sua capacidade de pagamento.

A sistemática de atualização monetária, concomitantemente com a incidência dos juros, da multa moratória e da multa de inscrição em dívida ativa, vem onerando em demasia os contribuintes e contribuindo significativamente para o aumento do estoque da dívida.

Para atender dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal, especificamente o art.4º, § 2º, inciso V, artigo 5º, inciso II e o artigo 14, inciso I, segue em anexo um demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.

Considerando-se que a renúncia de receita não afeta o cumprimento das metas fiscais para o exercício de 2017, constata-se que a exclusão da multa e juros de mora das tarifas e de outras receitas, proporcionará a autarquia aumentos líquidos da receita, tendo em vista que os incrementos de ingresso superam os valores de receita que sofrerão redução, em função da anistia para parcelamentos. Tendo em vista estes resultados não ocorrerá redução de receita orçamentária.

As alegações de que a reabertura do parcelamento privilegiaria inadimplentes, provocando injustiça, além de aumentar o desequilíbrio das contas da autarquia não guardam relação com a efetividade dos fatos, uma vez que o programa, ao inaugurar nova fase de transação, com base na capacidade real de pagamento do contribuinte, permite a recuperação de receitas praticamente incobráveis pela Superintendência.

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 09
me	



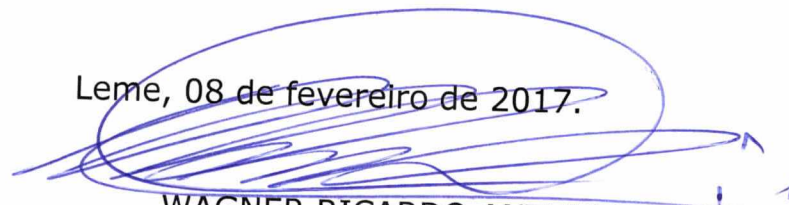
De outra maneira, é inequívoca a existência de dificuldades financeiras e econômicas tendo em vista a crise mundial e os reflexos da globalização.

Sendo assim a redução de multas e juros não implica em renúncia de receitas, uma vez que o débito será pago pelo valor principal, devidamente corrigido. Ademais a LRF impõe exigências somente quando se trata de renúncia de receitas de natureza tributária, não compreendendo, pois, as multas e juros, posto que tais valores são contabilizados como "outras receitas correntes" e não prejudicará as metas de resultados fiscais.

Ressalta-se que haverá aumento do valor arrecadado, uma vez que as vantagens oferecidas proporcionarão que um maior número de contribuintes faça adesão aos eventuais parcelamentos, o que provocará um aumento da receita.

Por fim, considerando a relevância desta medida, sendo um ato que beneficiará tanto contribuintes como a autarquia, além de ser uma reivindicação dos mais variados setores da sociedade lemense, pleiteamos ao Senhor Prefeito que apresente o seguinte projeto de lei.

Leme, 08 de fevereiro de 2017.



WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO
Prefeito do Município de Leme



Atendimento ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 10
mg	

"Disciplina a dispensa e a redução de juros e multa sobre créditos da Saecil - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme - SP"

Demonstrativo de que trata o inciso II do artigo 14 da LC 101/2000;

Considerando a compensação da renúncia da receita com o contingenciamento da despesa, conforme quadro abaixo;

Dotação	030102.1751200422.069- 33903900 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Valor R\$ 351.000,00 (trezentos e cinquenta e um mil reais)
Valor Total	R\$ 351.000,00 (trezentos e cinquenta e um mil reais)

Considerando que o impacto com a remissão dos juros e multas moratórias está previsto para o ano de 2017 a importância de R\$ 350.915,82 (trezentos e cinquenta mil novecentos e quinze reais e oitenta e dois centavos);

Considerando que o contingenciamento de despesa acima citado é suficiente para equilibrar o orçamento;






Considerando que estimamos que haverá compensação da presente renúncia de receita com o contingenciamento de despesa no importe de R\$ 351.000,00 (trezentos e cinquenta e um mil reais) conforme descrito acima.

Entendo que o dispositivo acima fora devidamente atendido.

C.M. LEME	
Pr 13/17	Rs 11
mg	

Leme, 24 de Janeiro de 2017.



Raul Augusto Nogueira
DIRETOR PRESIDENTE



Atendimento ao Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 12
mg	

“Disciplina a dispensa e a redução de juros e multa sobre créditos da SAECIL-Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme – SP”.

Demonstrativo de que Trata o Inciso I e II do artigo 14 da LC 101/2000

Considerando a dispensa e a redução de juros e multa sobre créditos da SAECIL-Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme – SP, sobre os débitos em DÍVIDA ATIVA, inscritos até 2016, ajuizados ou não.

Considerando o levantamento dos débitos vencidos até 01/01/2017 com baixa até 24/01/2017.

Considerando o cálculo em que 100% dos devedores aderirão ao parcelamento ou quitação das dívidas, os valores passíveis de não arrecadação seriam:

JUROS.....	R\$ 1.896.390,95
MULTAS	R\$ 81.603,28
TOTAL	R\$ 1.977.994,23

Considerando que, havendo o pagamento e parcelamento de 100% dos débitos no decorrer do exercício, a arrecadação da Receita de Dívida Ativa seria no montante de R\$4.201.078,41.

Considerando que a previsão de receita orçamentária de Dívida Ativa (receita, parcelamento, multas e juros) para 2017, representa o valor de R\$ 2.574.000,00, o valor a ser arrecadado a maior será de R\$ 1.627.078,41.

Considerando a não arrecadação de multas e juros, diminuído o valor a ser arrecadado a maior na Dívida Ativa, o resultado final será de:

MULTAS E JUROS.....	R1.977.994,23
ACRÉSCIMOS RECEITA DÍVIDA ATIVA.....	R\$1.627.078,41 (-)
TOTAL PREVISTO NA REDUÇÃO DA ARRECADAÇÃO:	R\$ 350.915,82 que representa 1,05% do Orçamento da Autarquia para 2017.

Leme, 24 de Janeiro de 2017.



Juliana Ferracioli
Contadora
CRC 1SP290438/0-1



A Procuradoria Jurídica
para parecer em _____

PRESIDENTE

A handwritten signature in blue ink, consisting of several overlapping loops and a horizontal stroke, positioned below the word "PRESIDENTE".



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 13
mg	



Ao Excmo. Sr. Presidente

13 02 17

PRESIDENTE



A(s) Comissão(ões) de:

C.J.F. ☒

O.F.C. ☒

O.S.P. ☐

S.E.C.L.T. ☐

P.U.O.P.S. ☐

Em 13 / 02 / 17

VISTA

Em 14 de fevereiro de 20 17

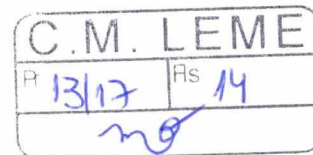
Com vista às comissões

Funcionário D. Hilary

Ofício nº 147/2017 – GP

Leme, 02 de março de 2017.

Ref.: Encaminha Substitutivo Projeto de Lei nº 07/2017.



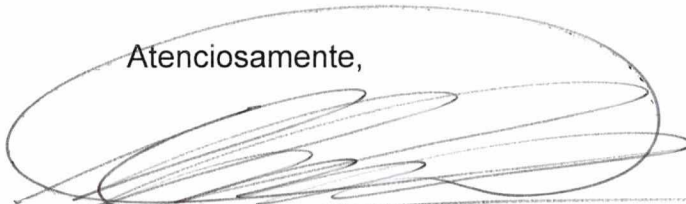
Excelentíssimo Senhor,

Através do presente encaminho a essa Colenda Casa para apreciação o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 07/2017 que:

- “Institui o ‘Programa de Parcelamento de Débitos’ junto à SAECÍL - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme”

Aproveito a oportunidade para externar a Vossa Excelência e nobres pares, meus votos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,



WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO

Prefeito do Município de Leme

CÂMARA MUNICIPAL DE LEME

07/03/2017 12:29:12

Protocolo Nro	657 2017
Tipo Documento	Documentos Recebidos
Data Inserção	07/03/2017

Ao

Excelentíssimo Senhor,

RICARDO PINHEIRO DE ASSIS

Presidente da Câmara dos Vereadores do Município de Leme/SP.

Nesta

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 07/2017

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 15
mg	

“Institui o ‘Programa de Parcelamento de Débitos’ junto à SAECIL - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme”

Artigo 1 - Fica instituído o “Programa de Parcelamento de Débitos” junto à **SAECIL - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme**, facultando se a todo aquele contribuinte em débito com a autarquia municipal sua adesão, de modo a remir em 100% (cem por cento) os juros e, de mesmo modo, em 100% (cem por cento) as multas moratórias, aplicadas aos créditos tributários ou não, ajuizados ou não, decorrentes de inscrições em dívida ativa ou não, desde que o débito consolidado, atualizado monetariamente nos termos da legislação vigente, seja integralmente recolhido aos cofres públicos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais. *Se J A*

§ 1º - O presente programa será válido pelo prazo de 60 (sessenta dias) de sua publicação, podendo o referido prazo ser prorrogado uma única vez por decreto do Executivo.

§ 2º - Para efeitos desta lei, o débito consolidado para recolhimento integral é aquele individualizado através da inscrição correspondente.

§ 3º - O contribuinte que aderir ao presente estará reconhecendo o débito e deverá desistir de todas as ações, embargos, recursos, perante o poder judiciário que tiver contra a **Saecil - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme**.

§ 4º A adesão do contribuinte não autoriza a restituição ou mesmo a compensação de importâncias já recolhidas ou depositadas em juízo, desde que haja decisão transitada em julgado, bem como não dispensa o contribuinte do pagamento das custas processuais e da verba honorária.

§ 5º - O parcelamento autorizado nesta lei, não poderá ter parcelas com valor inferior a R\$ 30,00 (trinta reais), as quais serão

Juntos faremos o que deve ser feito!

calculadas de acordo com os coeficientes constantes da tabela única, anexa I da presente Lei.

C.M. LEME	
R\$ tabela	R\$ 16
mg	

§ 6º O parcelamento será apurado através da multiplicação do montante do débito pelos índices consignados no Anexo I, de conformidade com o número de parcelas pretendidas/concedidas.

§ 7º - Ressalvadas as hipóteses em que o parcelamento estiver incluso na conta, as parcelas serão pagas através de carnê a ser emitido pela SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme e entregue no ato da adesão.

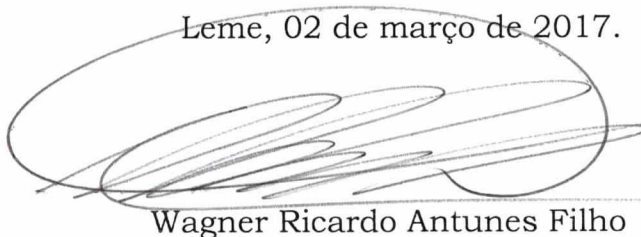
§ 8º A primeira parcela deverá ser paga no ato da adesão, as demais serão pagas a cada trinta dias.

§ 9ª O atraso de 90 dias ou mais resultará no imediato cancelamento da adesão ao programa e, necessariamente implicará na reincorporação dos valores correspondentes à multa e aos juros moratórios em sua integralidade, descontando-se o correspondente às parcelas já pagas.

Artigo 3 – Os contribuintes que, em débito, já possuem parcelamento estabelecido com a **SAECIL - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme** poderão uma vez consolidado todo o débito existente, aderir ao presente Programa de Parcelamento de Débitos.

Artigo 4 – Está lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

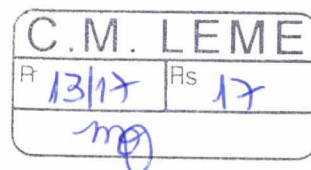
Leme, 02 de março de 2017.



Wagner Ricardo Antunes Filho

Prefeito Municipal

Anexo I
Tabela Única



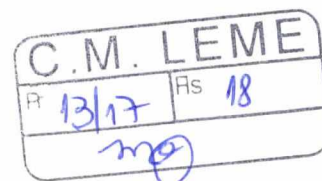
nº Parcel	Coef.
1	
2	0,502500
3	0,336667
4	0,253750
5	0,204000
6	0,170833
7	0,147143
8	0,129375
9	0,115556
10	0,104500
11	0,095455
12	0,087917
13	0,081538
14	0,076071
15	0,071333
16	0,067188
17	0,063529
18	0,060278
19	0,057368
20	0,054750
21	0,052381
22	0,050227
23	0,048261
24	0,046458
25	0,044800
26	0,043269
27	0,041852
28	0,040536
29	0,039310

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Juntas faremos o que deve ser feito!

30	0,038167
31	0,037097
32	0,036094
33	0,035152
34	0,034265
35	0,033429
36	0,032639
37	0,031892
38	0,031184
39	0,030513
40	0,029875
41	0,029268
42	0,028690
43	0,028140
44	0,027614
45	0,027111
46	0,026630
47	0,026170
48	0,025729
49	0,025306
50	0,024900
51	0,024510
52	0,024135
53	0,023774
54	0,023426
55	0,023091
56	0,022768
57	0,022456
58	0,022155
59	0,021864
60	0,021583
61	0,021311
62	0,021048
63	0,020794
64	0,020547
65	0,020308
66	0,020076
67	0,019851

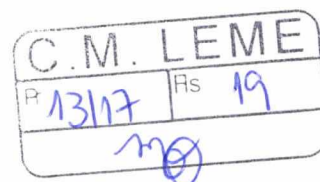


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Juntas faremos o que deve ser feito!

68	0,019632
69	0,019420
70	0,019214
71	0,019014
72	0,018819
73	0,018630
74	0,018446
75	0,018267
76	0,018092
77	0,017922
78	0,017756
79	0,017595
80	0,017438
81	0,017284
82	0,017134
83	0,016988
84	0,016845
85	0,016706
86	0,016570
87	0,016437
88	0,016307
89	0,016180
90	0,016056
91	0,015934
92	0,015815
93	0,015699
94	0,015585
95	0,015474
96	0,015365
97	0,015258
98	0,015153
99	0,015051
100	0,014950
101	0,014851
102	0,014755
103	0,014660
104	0,014567
105	0,014476

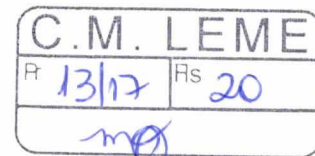


PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO



Juntas faremos o que deve ser feito!

106	0,014387
107	0,014299
108	0,014213
109	0,014128
110	0,014045
111	0,013964
112	0,013884
113	0,013805
114	0,013728
115	0,013652
116	0,013578
117	0,013504
118	0,013432
119	0,013361
120	0,013292



*120 parcelas

**0,5% juros ao mês

MENSAGEM E JUSTIFICATIVA

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 21
<i>m</i>	

Encaminhamos para apreciação e aprovação dessa Casa Legislativa, o Substitutivo Projeto de Lei nº 07/2017 que visa instituir o programa de recuperação da dívida ativa da Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, para pessoas físicas e jurídicas, e dá outras providências, considerando o que abaixo segue:

O projeto de lei ora apresentado institui um programa de recuperação de créditos, destinado às pessoas físicas e jurídicas, que tenham débitos junto à autarquia.

O programa procura encontrar uma solução equilibrada entre os interesses da autarquia e dos contribuintes, estabelecendo regras, disciplinando a concessão de parcelamentos de créditos. O objetivo é oportunizar a regularização dos contribuintes inadimplentes, permitindo a reestruturação do fluxo de caixa das empresas e profissionais liberais, de modo a auxiliá-los para a retomada de investimentos e o conseqüente aumento da produção e empregos. Para pessoas físicas é uma oportunidade ímpar de regularização de débitos, pois disponibiliza descontos sobre os valores devidos, dando oportunidade ao contribuinte escolher uma opção de pagamento de acordo com sua capacidade de pagamento.

A sistemática de atualização monetária, concomitantemente com a incidência dos juros, da multa moratória e da multa de inscrição em dívida ativa, vem onerando em demasia os contribuintes e contribuindo significativamente para o aumento do estoque da dívida.

Para atender dispositivos da Lei de Responsabilidade Fiscal,

especificamente o art.4º, § 2º, inciso V, artigo 5º, inciso II e o artigo 14, inciso I, segue em anexo um demonstrativo da estimativa e compensação da renúncia de receita.

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 22
mg	

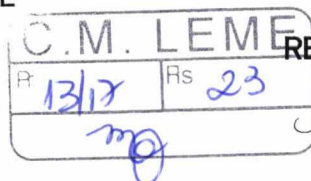
Considerando-se que a renúncia de receita não afeta o cumprimento das metas fiscais para o exercício de 2017, constata-se que a exclusão da multa e juros de mora das tarifas e de outras receitas, proporcionará a autarquia aumentos líquidos da receita, tendo em vista que os incrementos de ingresso superam os valores de receita que sofrerão redução, em função da anistia para parcelamentos. Tendo em vista estes resultados não ocorrerá redução de receita orçamentária.

As alegações de que a reabertura do parcelamento privilegiaria inadimplentes, provocando injustiça, além de aumentar o desequilíbrio das contas da autarquia não guardam relação com a efetividade dos fatos, uma vez que o programa, ao inaugurar nova fase de transação, com base na capacidade real de pagamento do contribuinte, permite a recuperação de receitas praticamente incobráveis pela Superintendência.

De outra maneira, é inequívoca a existência de dificuldades financeiras e econômicas tendo em vista a crise mundial e os reflexos da globalização.

Sendo assim a redução de multas e juros não implica em renúncia de receitas, uma vez que o débito será pago pelo valor principal, devidamente corrigido. Ademais a LRF impõe exigências somente quando se trata de renúncia de receitas de natureza tributária, não compreendendo, pois, as multas e juros, posto que tais valores são contabilizados como "outras receitas correntes" e não prejudicará as metas de resultados fiscais.





Ressalta-se que haverá aumento do valor arrecadado, uma vez que as vantagens oferecidas proporcionarão que um maior número de contribuintes faça adesão aos eventuais parcelamentos, o que provocará um aumento da receita.

Certo de que este Substitutivo receberá a necessária aquiescência de Vossa Excelência e de seus ilustres pares, considerando a relevância desta medida, sendo um ato que beneficiará tanto contribuintes como a autarquia, além de ser uma reivindicação dos mais variados setores da sociedade lemensense, submeto-o a seu regular processamento, renovando protestos de elevada estima e consideração.

Leme, 02 de março de 2017.

A large, stylized handwritten signature in blue ink, which appears to be 'Wagner Ricardo Antunes Filho'.

WAGNER RICARDO ANTUNES FILHO

Prefeito do Município de Leme

Atendimento ao Art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal

“Disciplina a dispensa e a redução de juros e multa sobre créditos da SAECIL-Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme – SP”.

C.M. LEME	
P 13/17	Rs 24

Demonstrativo de que Trata o Inciso I e II do artigo 14 da LC 101/2000 *mg*

Considerando a dispensa e a redução de juros e multa sobre créditos da SAECIL-Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme – SP, sobre os débitos em DÍVIDA ATIVA, inscritos até 2016, ajuizados ou não.

Considerando o levantamento dos débitos vencidos e com baixa até 01/03/2017.

Considerando o cálculo em que os devedores aderirão ao parcelamento ou quitação das dívidas, os valores passíveis de não arrecadação seriam:

JUROS.....R\$ 1.924.594,11
MULTASR\$ 84.776,01
TOTALR\$ 2.009.370,12

Considerando que, havendo a negociação para pagamento e parcelamento dos débitos no decorrer do exercício, a arrecadação da Receita de Dívida Ativa seria no montante de R\$4.380.953,27.

Considerando que a previsão de receita orçamentária de Dívida Ativa (receita, parcelamento, multas e juros) para 2017, representa o valor de R\$ 2.574.000,00, o valor a ser arrecadado a maior será de R\$ 1.806.953,27.

Considerando a não arrecadação de multas e juros, diminuído o valor a ser arrecadado a maior na Dívida Ativa, o resultado final será de:

MULTAS E JUROS.....R\$ 2.009.370,12
ACRÉSCIMOS RECEITA DÍVIDA ATIVA.....R\$ 1.806.953,27 (-)
TOTAL PREVISTO NA REDUÇÃO DA ARRECADAÇÃO: R\$ 202.416,85 que representa **0,60%** do Orçamento da Autarquia para 2017. Valores para 2018 e 2019 serão considerados no PPA 2018-2021, e nas respectivas Leis de Diretrizes e Orçamentárias.

Leme, 01 de Março de 2017.


Juliana Ferracioli
Contadora
CRC 1SP290438/0-1





Atendimento ao art. 14 da Lei de Responsabilidade Fiscal

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 25
<i>mg</i>	

"Disciplina a dispensa e a redução de juros e multa sobre créditos da Saecil - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme - SP"

Demonstrativo de que trata o inciso II do artigo 14 da LC 101/2000;

Considerando a compensação da renúncia da receita com o contingenciamento da despesa, conforme quadro abaixo;

Dotação	030102.1751200422.069- 33903900 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica Valor R\$ 202.417,00 (duzentos e dois mil quatrocentos e dezessete reais)
Valor Total	R\$ 202.417,00 (duzentos e dois mil quatrocentos e dezessete reais)

Considerando que o impacto com a remissão dos juros e multas moratórias está previsto para o ano de 2017 a importância de R\$ 202.416,85 (duzentos e dois mil quatrocentos e dezesseis reais e oitenta e cinco centavos);

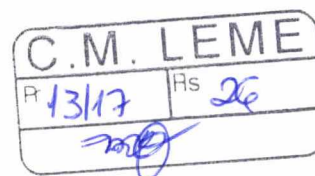




Considerando que o contingenciamento da despesa acima citado é suficiente para equilibrar o orçamento;

Considerando que estimamos que haverá compensação da presente renúncia de receita com o contingenciamento da despesa no importe de R\$ 202.417,00 (duzentos e dois mil quatrocentos e dezessete reais) conforme descrito acima.

Entendo que o dispositivo acima fora devidamente atendido.



Leme, 01 de Março de 2017.



Raul Augusto Nogueira
DIRETOR PRESIDENTE





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI N.º 07/2017

EMENTA : Disciplina a exclusão e a redução de juros e multas sobre créditos da SAECIL – SUPERINTENDENCIA DE AGUA E ESGOTO DA CIDADE DE LEME.

AUTORIA : Sr. Prefeito Municipal.

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 27
<i>mg</i>	

PARECER CONJUNTO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

E

COMISSÃO DE ORÇAMENTO FINANÇAS E CONTABILIDADE

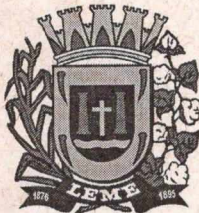
A Comissão de Constituição, Justiça e Redação e Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade, reunidas na Sala das Comissões "Palmiro Ferreira Vieira", analisando detidamente o presente projeto de lei, apresenta o seguinte relatório, o qual também é o nosso voto, emitindo o seguinte parecer:

1.] –

Trata-se de Projeto de Lei de autoria do Senhor Prefeito Municipal, que busca autorização para disciplinar a exclusão e redução de juros e multas sobre créditos da SAECIL – SUPERINTENDENCIA DE AGUA E ESGOTO DA CIDADE DE LEME, como forma mais efetiva de buscar o recebimento de créditos da Saecil, decorrentes de todas as operações ou prestações vencidas, no qual sobreveio o Substitutivo aperfeiçoando e melhorando a sua redação.

2.] –

No entender destas Comissões o Projeto é legal e não ofende a Constituição Federal nem a LOM, já quanto ao aspecto da redação, o substitutivo apresentado ao projeto encontra-se bem redigido e instruído, inclusive com relação à Lei de Responsabilidade Fiscal traz a declaração do Senhor Diretor Presidente da Saecil, informando que haverá compensação da renúncia de receita pretendida, mas declara também que o contingenciamento da despesa mencionado é suficiente para equilibrar o orçamento e, ainda que, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e os Orçamentos são elaborados com base na receita arrecadada nos exercícios anteriores, nos quais registram histórico de isenções de multa e juros sobre créditos da Saecil e também da Fazenda



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
P. 13/17	Rs 28

Municipal, de modo que o substitutivo não merece qualquer reparo por parte destas Comissões.

3.] –

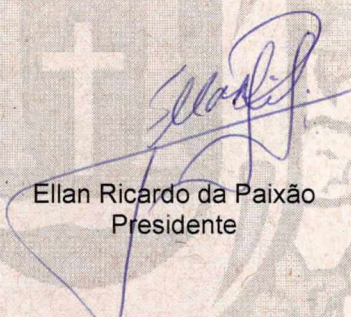
Portanto, o Projeto é interessante e conveniente porque tem como objetivo, propiciar uma forma mais efetiva no recebimento de créditos da SEACIL, decorrentes de operações ou prestações vencidas, cumprindo assim com o mister de buscar a diminuição dos índices de inadimplência, hoje, registrados nos cofres da Saecil.

4.] –


Desta forma, somos favoráveis à tramitação do Projeto em questão, com a aprovação do substitutivo apresentado ao projeto original pois nada obsta a sua tramitação pela Casa.

Sala das Comissões Palmiro Ferreira Vieira, em ____ de março de 2.017


Pela Comissão de C.J.R.



Ellan Ricardo da Paixão
Presidente

Amarílis de Oliveira Ribeiro
Vice-Presidente


Elias Eliel Ferrara
Secretário

Pela Comissão O.F.C.


Elias Eliel Ferrara
Presidente


Alexandre dos Santos Leme
Vice-Presidente

Ademir Albano Lopes
Secretário



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

A Ordem do Dia

13/03/2017

PRESIDENTE

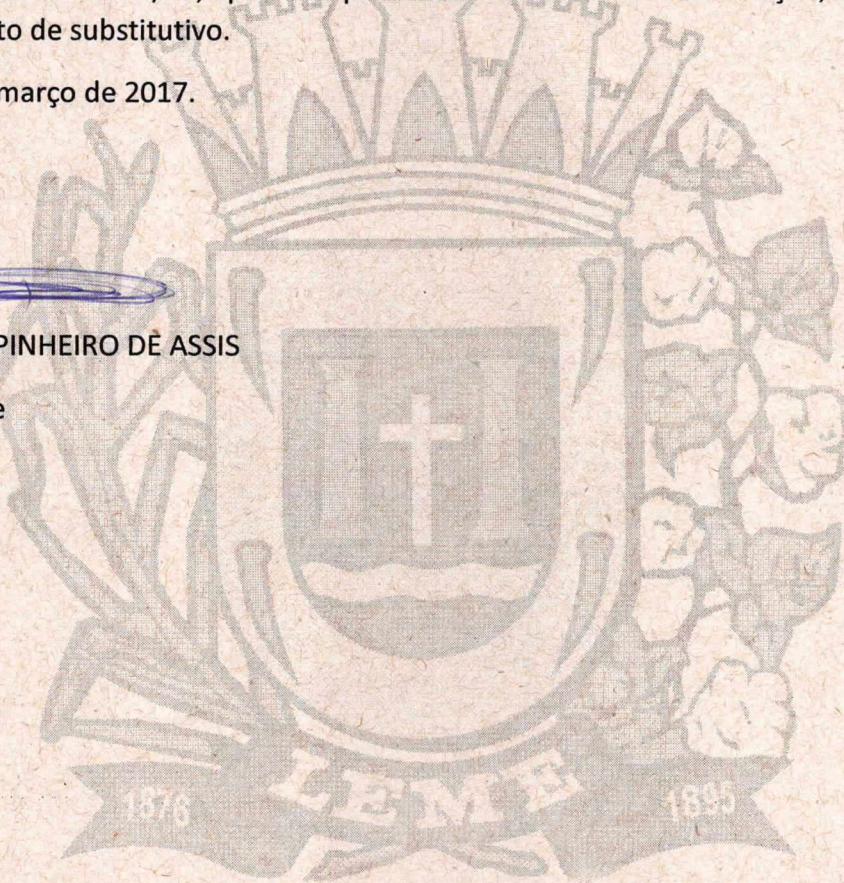
C.M. LEME	
R 13/17	Rs 29
m	

PROJETO DE LEI Nº 07/17, aprovado por unanimidade em 1ª e 2ª votação, com acatamento de substitutivo.

Em 13 de março de 2017.

RICARDO PINHEIRO DE ASSIS

Presidente





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 30

REDAÇÃO FINAL

PROJETO DE LEI Nº 07/2017

**“Institui o ‘Programa de Parcelamento de Débitos’ junto à SAECIL -
Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme”**

Artigo 1 - Fica instituído o “Programa de Parcelamento de Débitos” junto à SAECIL - Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme, facultando-se a todo aquele contribuinte em débito com a autarquia municipal sua adesão, de modo a remir em 100% (cem por cento) os juros e, de mesmo modo, em 100% (cem por cento) as multas moratórias, aplicadas aos créditos tributários ou não, ajuizados ou não, decorrentes de inscrições em dívida ativa ou não, desde que o débito consolidado, atualizado monetariamente nos termos da legislação vigente, seja integralmente recolhido aos cofres públicos em até 120 (cento e vinte) parcelas mensais.

§ 1º - O presente programa será válido pelo prazo de 60 (sessenta dias) de sua publicação, podendo o referido prazo ser prorrogado uma única vez por decreto do Executivo.

§ 2º - Para efeitos desta lei, o débito consolidado para recolhimento integral é aquele individualizado através da inscrição correspondente.

§ 3º - O contribuinte que aderir ao presente estará reconhecendo o débito e deverá desistir de todas as ações, embargos, recursos, perante o poder judiciário que tiver contra a Saecil – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme.

§ 4º A adesão do contribuinte não autoriza a restituição ou mesmo a compensação de importâncias já recolhidas ou depositadas em juízo, desde que haja decisão transitada em julgado, bem como não dispensa o contribuinte do pagamento das custas processuais e da verba honorária.

§ 5º - O parcelamento autorizado nesta lei, não poderá ter parcelas com valor inferior a R\$ 30,00 (trinta reais), as quais serão calculadas de acordo com os coeficientes constantes da tabela única anexo I da presente Lei.

§ 6º O parcelamento será apurado através da multiplicação do montante do débito pelos índices consignados no Anexo I, de conformidade com o número de parcelas pretendidas/concedidas.

§ 7º - Ressalvadas as hipóteses em que o parcelamento estiver incluso na conta, as parcelas serão pagas através de carnê a ser emitido pela SAECIL – Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme e entregue no ato da adesão.

§ 8º A primeira parcela deverá ser paga no ato da adesão, as demais serão pagas a cada trinta dias.

§ 9º O atraso de 90 dias ou mais resultará no imediato cancelamento da adesão ao programa e, necessariamente implicará na reincorporação dos valores correspondentes à



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 31
AMB	

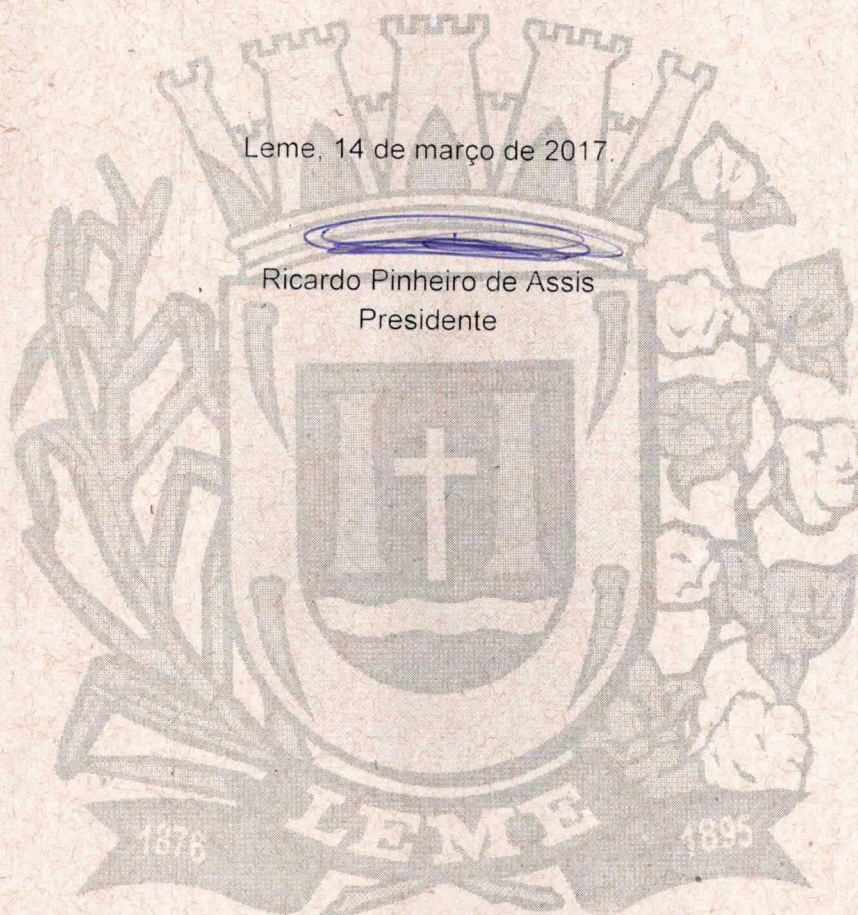
multa e aos juros moratórios em sua integralidade, descontando-se o correspondente às parcelas já pagas.

Artigo 3 – Os contribuintes que, em débito, já possuírem parcelamento estabelecido com a SAECIL - **Superintendência de Água e Esgotos da Cidade de Leme** poderão uma vez consolidado todo o débito existente, aderir ao presente Programa de Parcelamento de Débitos.

Artigo 4 – Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Leme, 14 de março de 2017.

Ricardo Pinheiro de Assis
Presidente





CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 32
<i>[Signature]</i>	

Anexo I

Tabela Única

Nº Parcelas	Coeficiente
1	
2	0,502500
3	0,336667
4	0,253750
5	0,204000
6	0,170833
7	0,147143
8	0,129375
9	0,115556
10	0,104500
11	0,095455
12	0,087917
13	0,081538
14	0,076071
15	0,071333
16	0,067188
17	0,063529
18	0,060278
19	0,057368
20	0,054750
21	0,052381
22	0,050227
23	0,048261
24	0,046458
25	0,044800
26	0,043269
27	0,041852
28	0,040536
29	0,039310
30	0,038167
31	0,037097
32	0,036094
33	0,035152
34	0,034265
35	0,033429
36	0,032639
37	0,031892
38	0,031184
39	0,030513
40	0,029875
41	0,029268
42	0,028690
43	0,028140
44	0,027614
45	0,027111



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R 13/17	Rs 33
AMS	

46	0,026630
47	0,026170
48	0,025729
49	0,025306
50	0,024900
51	0,024510
52	0,024135
53	0,023774
54	0,023426
55	0,023091
56	0,022768
57	0,022456
58	0,022155
59	0,021864
60	0,021583
61	0,021311
62	0,021048
63	0,020794
64	0,020547
65	0,020308
66	0,020076
67	0,019851
68	0,019632
69	0,019420
70	0,019214
71	0,019014
72	0,018819
73	0,018630
74	0,018446
75	0,018267
76	0,018092
77	0,017922
78	0,017756
79	0,017595
80	0,017438
81	0,017284
82	0,017134
83	0,016988
84	0,016845
85	0,016706
86	0,016570
87	0,016437
88	0,016307
89	0,016180
90	0,016056
91	0,015934
92	0,015815
93	0,015699
94	0,15585



CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE LEME
ESTADO DE SÃO PAULO

C.M. LEME	
R\$ 13/17	R\$ 34
AB	

95	0,015474
96	0,015365
97	0,015258
98	0,015153
99	0,015051
100	0,014950
101	0,014851
102	0,014755
103	0,014660
104	0,014567
105	0,014476
106	0,014387
107	0,014299
108	0,014213
109	0,014128
110	0,014045
111	0,013964
112	0,013884
113	0,013805
114	0,013728
115	0,013652
116	0,013578
117	0,013504
118	0,013432
119	0,013361
120	0,013292

* 120 parcelas

** 0,5% juros ao mês